

Contra 52 vetos, uma reação coesa e a deposição de Jango: entrevista com Oswaldo Munteal Filho¹

Octavio Penna Pieranti

A historiografia oficial recorre a diversos episódios para demonstrar a fragilidade da base de apoio parlamentar sobre a qual se sustentava o governo do Presidente da República João Goulart. Entretanto, poucos momentos são tão eloqüentes quanto o processo de aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações. Goulart estabeleceu 52 vetos ao marco, porém todos foram rechaçados, um a um, em votação nominal, pelo Congresso Nacional, em um comportamento que beirava um incomum desafio à Presidência da República. “O resultado deste choque demonstrou a grande organização do grupo da radiodifusão, pois, apesar de sua descentralização regional, este era coeso, na medida em que possuía um interesse coletivo único”, lembra o professor de História da PUC-Rio, UERJ e FACHA, Oswaldo Munteal Filho. Doutor em História Social pela UFRJ e mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio, ele tem se dedicado a estudar o governo de Goulart, objeto do mais recente de seus oito livros, “O Brasil de João Goulart: um Projeto de Nação”². Nesta entrevista, o professor aborda as dificuldades do governo do Presidente deposto, dentre as quais a relação conturbada com os meios de comunicação de massa e o processo de aprovação do CBT.

Quando Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, João Goulart estava em viagem na China. Surgiram, então, condenações à sua posse graças às suas posições trabalhistas. Como os meios de comunicação de massa analisaram a vacância de poder à época?

Em um primeiro momento, a reação da imprensa foi de perplexidade ante a crise, que consagrou o início do governo de João Goulart. Em 1960, a legislação eleitoral estabelecia que os candidatos à presidência e vice-presidência concorressem separadamente, o que tornou possível o estabelecimento de um quadro destoante, uma vez que Jânio Quadros representava

¹ O professor Oswaldo Munteal agradece fortemente a colaboração fundamental da pesquisadora Isabel Cristina Fernandes Auler, estudante de graduação do 7º período do curso de História da PUC-Rio, com quem tem desenvolvido investigações acadêmicas acerca do governo de João Goulart.

² MUNTEAL Filho, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (org.). **O Brasil de João Goulart: um Projeto de Nação**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006. 252 p.

a promessa udenista de erradicar a influência de projetos políticos que eram defendidos por seu substituto constitucional, como, por exemplo, o trabalhismo. Goulart elegeu-se pelo PTB e seu discurso encarnava uma postura nacionalista, na qual os direitos dos trabalhadores rurais e a reforma agrária estavam em pauta.

Com a renúncia de Jânio em 1961, grupos conservadores tornaram-se temerosos em relação à ascensão de Jango, que representaria o retorno dos getulistas ao poder. Além disso, João Goulart fora reeleito à vice-presidência, em 1960, com o apoio dos comunistas, o que reforçava a preocupação conservadora quanto às suas ligações com a esquerda. A viagem a China também acentuou a frustração diante da posse de Jango como Presidente da República. A imprensa brasileira, em meio a toda tensão política desta época, expressou a apreensão conservadora quanto ao retorno de João Goulart ao Brasil e sua efetiva consagração como Presidente da República. Contudo, mesmo demonstrando desconfiança em relação à capacidade de Goulart para governar o país, parte da imprensa, pautando-se em uma conduta partidária, defendeu a posse do vice-presidente.

O rádio – mais especificamente a Cadeia da Legalidade, comandada por Brizola – foi um instrumento operado na defesa da posse de Goulart. Qual foi a sua real importância naquele momento?

No momento em que Jânio renunciou à Presidência, Goulart, como dito anteriormente, encontrava-se em uma viagem oficial a República Popular da China, não podendo assumir, de imediato, o seu papel de substituto constitucional de Quadros. Durante esse período de ausência, os ministros militares, Marechal Odilo Denis (Exército), Almirante Sílvio Heck (Marinha) e Brigadeiro Grun Moss (Aeronáutica), insurgiram-se contra a ascensão presidencial de Jango, sob a alegação de sua perigosa vinculação com os ideais comunistas. Jornais como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, ao contrário de outras publicações, objetaram à posse de Goulart, apoiando a posição do veto defendida pelos ministros em questão.

A Cadeia da Legalidade foi um instrumento de suma importância na campanha de mobilização popular, que visava impossibilitar o veto e garantir o cumprimento da Constituição. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na época, conseguiu, por meio da incitação da Brigada Militar e da sublevação do povo, paralisar o III Exército, pressionando-o a defender a legalidade constitucional. A adesão dos Generais Oromar Osório e Peri Bevilacqua influenciou na decisão do Comandante do III Exército, General Machado Lopes, em cindir as Forças Armadas e ceder à opinião pública local. Por meio de mais de

100 emissoras de rádio, a Cadeia da Legalidade transmitiu apelos, além de informações sobre as transações do Congresso com os militares. Desta maneira, a campanha em favor da posse de João Goulart espalhou-se por todo país, mobilizando civis e militares, irrompendo greves por diversas cidades e ressaltando o grau de consciência política da população brasileira.

Como os meios de comunicação de massa cobriram eventos cruciais do governo João Goulart, como a decisão pelo parlamentarismo e o comício na Central do Brasil?

Devido à preocupação existente quanto às posições políticas de Jango e sua capacidade de exercer o cargo de Presidente da República, o regime parlamentarista tornou-se uma solução apazível aos setores mais conservadores, pois limitava o poder presidencial, agora submetido ao Congresso Nacional. Os meios de comunicação de massa apoiaram essa mudança na Constituição brasileira, defendendo a posse de João Goulart como Presidente. No entanto, a partir da radicalização política presenciada, no decorrer do governo de Jango, face a inúmeras greves, movimentos militares e uma decrescente taxa de crescimento econômico, acompanhada de um elevado nível inflacionário, a atitude da mídia em relação ao governo alterou-se. A intensificação da Guerra Fria também influenciou nesta alternância de posição da imprensa, conseqüência do acirramento do conflito entre as duas ideologias políticas da época. Posicionando-se agora de forma contrária a Goulart, a maioria dos jornais, como, por exemplo, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, após o Comício de Reformas do dia 13 de março, acirraram suas críticas, conclamando o Exército a restaurar a legalidade e a ordem, ausentes no governo em questão.

Como era a relação entre o Poder Legislativo e o Executivo à época?

O Ministério formado por Jânio Quadros caracterizou-se por sua posição anti-getulista e por sua orientação política ortodoxa, que visava atender as exigências do Fundo Monetário Internacional, no intuito de reduzir o alto índice inflacionário, proveniente da crise econômica herdada pelo governo. Após a renúncia de Jânio, a apreensão diante do governo de João Goulart, cuja política baseava-se em projetos de reformas trabalhistas antagônicos aos planos conservadores ministeriais, trouxe como solução mediadora a implementação do parlamentarismo a fim de limitar o poder presidencial.

Com isso, ao tomar posse do cargo de chefe de Estado, posição que restringia suas ações políticas, Jango deparou-se com a difícil missão de tentar implementar seus projetos de

reforma, a despeito de suas divergências com o Legislativo. Na tentativa de enfraquecer o poder de seus opositores, Goulart procurou ampliar sua base política, calcando-se no apoio do centro, sobretudo do PSD. Mas, concomitante a tal aproximação, Jango não se distanciou de suas filiações esquerdistas. Dessa forma, mesmo diante das dificuldades na relação entre Executivo e Legislativo, Jango conseguiu implementar um projeto nacionalista (ainda que menor do que o planejado), a partir da formação do gabinete denominado de “conciliação nacional”, chefiado por Tancredo Neves, do PSD, partidário possuidor do maior número de representantes na Câmara.

Em agosto de 1962 foi promulgado o Código Brasileiro de Telecomunicações. João Goulart estabeleceu 52 vetos ao documento, a maior parte dos quais ampliando os poderes do Estado na regulação do setor. Os vetos foram derrubados, um a um, em votação nominal no Congresso Nacional. O que esse episódio representou para o governo de João Goulart?

A radiodifusão já despertava grande interesse como veículo político, devido a sua relevância como instrumento para a campanha eleitoral. Além disso, esse mercado tornava-se promissor e, concomitante a seu crescimento, houve um aumento da participação dos meios de comunicação no âmbito publicitário. Durante a década de 1960, constituiu-se uma coligação ligada à radiodifusão comercial, cujo objetivo era pressionar o governo e garantir seus interesses econômicos, visto que a taxa de crescimento desse novo e empreendedor mercado começava a demonstrar índices de estagnação. A presença de empresários desse setor no Congresso Nacional permitiu um aumento significativo no poder de pressão do grupo em questão, o qual, legislando em causa própria, tornou-se capaz de anular a maioria das restrições a seus próprios interesses políticos e econômicos. Essa simbiose entre poder público e privado constituiu um obstáculo ao Executivo, uma vez que qualquer decisão governamental que prejudicasse o empresariado da radiodifusão seria repudiada pelo Legislativo.

Os vetos de Jango ao Código Brasileiro de Telecomunicações, portanto, representaram sua tentativa em minar a força deste setor empresarial, cuja representação política deu-lhes acesso a irrestritos privilégios, além de grande influência na opinião pública, por intermédio dos meios de comunicação. O resultado deste choque demonstrou a grande organização do grupo da radiodifusão, pois, apesar de sua descentralização regional, este era coeso, na

medida em que possuía um interesse coletivo único, que o tornava forte o bastante para rivalizar e superar a influência política de Jango no Congresso Nacional.

Como o senhor vê a relação entre João Goulart e o empresariado ligado às telecomunicações, incluindo os membros da bancada da radiodifusão?

Durante os anos de 1962 e 1963, as reformas de base tornaram-se o cerne do discurso político de Goulart, devido à necessidade dessas mudanças estruturais no processo de desenvolvimento deflagrado no país. Até o momento, o desenvolvimento econômico brasileiro resultava de uma associação entre o estímulo a iniciativas particulares e o incentivo ao capital estrangeiro. Essa orientação econômica usual trouxera como conseqüência inúmeras dissonâncias internas, intensificadoras de contradições entre a necessidade de acumulação de capital pelo Estado, no intuito de investir em reformas públicas, e os interesses de determinados grupos empresariais, que, infiltrados no sistema tributário, prejudicavam a realização de tais reformas, preteridas por seus interesses particulares. Com isso, pode-se perceber que a pretensão de Goulart em desestruturar a complexa ligação entre poder público e poder privado, por meio de reformas eleitorais, administrativas e bancárias prejudicava sua relação com o empresariado.

Com os grupos ligados às telecomunicações, tal relação não seria diferente, como é possível perceber em sua tentativa frustrada de limitar os poderes desse setor com os vetos ao Código Brasileiro de Telecomunicações. De uma forma geral, aliás, os interesses políticos de empresários de mídia no parlamento brasileiro contrastavam com os objetivos e posições de Jango – vale lembrar que Carlos Lacerda, por exemplo, um dos maiores críticos do governo Goulart, era dono da *Tribuna da Imprensa*.

Passados 43 anos da queda de João Goulart, qual é a sua análise da cobertura feita pelos meios de comunicação acerca do golpe militar?

A queda de Goulart representou uma reação à sua política trabalhista, seu compromisso com a esquerda, em um momento de Guerra Fria, e sua pretensão em tornar os trabalhadores o alicerce de seu poder. A imprensa não só apoiou tal reação, como a incentivou através da exacerbação do medo, da difusão de uma imagem dúbia e radical de Goulart, além da conclamação do poder militar e da restauração de uma ordem que os meios de comunicação acreditavam não mais existir.

Contudo, o projeto de ruptura constitucional baseava-se em uma negativa, ou seja, contra o governo vigente, mas sem possuir um ideário que restituísse a política suplantada. A censura à imprensa, implantada durante o governo ditatorial de 1964, trouxe o silêncio e o aparente consenso político. A eliminação do debate e da polêmica significa a erradicação da democracia, um regime que determinados grupos de mídia - ressaltando a palavra determinados, devido ao grande número de empresários deste setor favorecidos pela ausência de um governo democrático - só souberam apreciar após a amputação de seu direito à liberdade de expressão.